

A) APLICAÇÃO DE MULTA CORRESPONDENTE A ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DA OBRIGAÇÃO NÃO CUMPRIDA; OU (3) RESOLUÇÃO TCE-SP Nº 06/2020 ART. 7º. AS COMPETÊNCIAS PARA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, CONFIGURAÇÃO DA INFRAÇÃO, NOTIFICAÇÃO DA CONTRATADA E APLICAÇÃO DE SANÇÕES SÃO DEFINIDAS NA SEGUINTE CONFORMIDADE: (...) III – REJEITADA A DEFESA, O DGA APLICARÁ A SANÇÃO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE (4) ART. 2º. NOS CASOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DO CONTRATO OU DE DESCUMPRIMENTO DE QUAISQUER OBRIGAÇÕES POR PARTE DAS CONTRATADAS OU DE QUEM MANTENHA VÍNCULO OBRIGACIONAL PARA COM ESTE TRIBUNAL DE CONTAS, RESPEITADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA E MEDIANTE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO, PODERÃO SER APLICADAS AS SEGUINTES PENALIDADES, NOS TERMOS, RESPECTIVA-	MENTE, DOS INCISOS I A IV DO ARTIGO 87 DA LEI Nº 8.666/93: (...) II – MULTA; (5) LEI Nº 8.666/93 ART. 109. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DECORRENTES DA APLICAÇÃO DESTA LEI CABEM: I - RECURSO, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA INTIMAÇÃO DO ATO OU DA LAVRATURA DA ATA, NOS CASOS DE: (...) E) RESCISÃO DO CONTRATO, A QUE SE REFERE O INCISO I DO ARTIGO 79 DESTA LEI; F) APLICAÇÃO DAS PENAS DE ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA OU DE MULTA; RESOLUÇÃO TCE-SP Nº 06/2020: ART. 7º. AS COMPETÊNCIAS PARA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, CONFIGURAÇÃO DA INFRAÇÃO, NOTIFICAÇÃO DA CONTRATADA E APLICAÇÃO DE SANÇÕES SÃO DEFINIDAS NA SEGUINTE CONFORMIDADE:	IV - DA DECISÃO QUE APLICAR PENALIDADE CABE RECURSO À AUTORIDADE SANCIONADORA, NO PRAZO DE 5 DIAS ÚTEIS A CONTAR DA INTIMAÇÃO DO ATO; A QUAL PODERÁ RECONSIDERAR SUA DECISÃO, EM IDÊNTICO PRAZO, OU FAZÊ-LO SUBIR À PRESIDÊNCIA, DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, PARA APRECIAÇÃO E JULGAMENTO;	BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. VIGÊNCIA: A vigência deste contrato inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se no término do prazo de garantia do objeto, com eficácia após a divulgação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo legal. PRAZO DE FORNECIMENTO: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da autorização para início dos serviços. DATA DA ASSINATURA: 15/01/2025
---	---	--	---